

Carlos Camponez: “O desafio do jornalismo é conseguir se impor como um mediador credível”

Por:

Rogério Christofoletti

Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC)

E-mail: rogerio.christofo-
letti@ufsc.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1065-4764>

Denise Becker

Universidade Federal de
Santa Catarina (UFSC)

E-mail: denisebeckerjor@
gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2643-7449>

Fotos: Divulgação



“Não se preocupe comigo. Sou só um camponês!” Quem convive com o professor Carlos Camponez já ouviu essas frases, sempre bem acompanhadas de um sorriso cúmplice. Quem o conhece, sabe que não se trata de falsa modéstia e que a piada é uma forma particular de afastar qualquer tratamento cerimonioso. Apesar de ser um dos maiores pesquisadores da ética jornalística, ter ampla interlocução internacional e presidir a Federação Lusófona de Ciências da Comunicação (Lusocom), Camponez mantém uma rotina quase franciscana de trabalho e estudos. Atua na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra há mais de 20 anos, despachando diariamente em seu modesto gabinete num prédio do século XVI, o Colégio de São Jerónimo. De uma das janelas da sala, é possível avistar parte do colorido casario da antiga cidade. É de lá também que o professor lança um olhar sobre as transformações pelas quais vem passando o jornalismo e sobre os compromissos que os jornalistas devem empenhar diariamente. Autor de *Deontologia do Jornalismo* (2007) e um dos organizadores de *Jornalismo e Qualidade no Mundo de Ex-*

pressão Portuguesa (2022), Camponez esteve no Brasil em setembro passado para o XV Congresso da Lusocom, em Balneário Camboriú (SC). Ele reviu parceiros de pesquisa, reforçou articulações institucionais e trabalhou para assegurar a continuidade da entidade para além de seu mandato, que estava terminando. Houve tempo também para fazermos esta entrevista, mas ele preferiu dar as respostas por escrito semanas depois. Prevenimos que isso daria mais trabalho, mas o professor respondeu com seu sorriso como quem lembra a característica atávica dos camponeses: eles nunca descansam.

EJM: O senhor é um estudioso da ética do jornalismo e do desenvolvimento dessa profissão. Como avalia o cenário da autorregulação do jornalismo em Portugal?

CARLOS CAMPONEZ: Não é uma resposta fácil. Portugal acaba de viver os primeiros 50 anos consecutivos de liberdade de expressão e de liberdade de imprensa de toda a sua história. Tal situação só foi possível após o 25 de Abril de 1974, com a Revolução dos Cravos. Em 1974, eram poucos os jornalistas que conheciam a experiência de exercer o jornalismo num regime de liberdade. Tal situação verificou-se – e mesmo assim com algumas interrupções – entre 1910, com a instauração da República, e 1926, com o início da Ditadura Militar que impôs a censura prévia. O Estado Novo de Salazar prosseguiu com essa política até 1974.

Segundo Arons de Carvalho¹, Portugal foi o último país da Europa Ocidental a abolir a censura prévia da imprensa.

“O Estado impôs aos jornalistas a adoção de um código deontológico, facto que aconteceu pela primeira vez, em Portugal, em 1976. Não é por acaso que se diz que a autorregulação dos jornalistas foi 'induzida' pelo Estado.”

Nestas condições, não seria de esperar que os jornalistas, num passe de mágica, tivessem uma percepção acerca das suas responsabilidades de autorregulação, decorrentes da comunicação em regime de liberdade. O Estado apressou-se também em desenvolver um conjunto de iniciativas com o objetivo de implantar a liberdade de expressão e de imprensa – inscrito no programa do Movimento das Forças Armadas –, assim como em criar um conjunto de mecanismos que viabilizassem esse propósito. Isso passou, entre outras coisas, pela aprovação de uma nova Lei de Imprensa, a criação de um

Conselho de Imprensa, e a reforma de todo o modelo de enquadramento dos *media*. O Estado impôs aos jornalistas a adoção de um código deontológico, facto que aconteceu pela primeira vez, em Portugal, em 1976. Não é por acaso que se diz que a autorregulação dos jornalistas foi “induzida” pelo Estado.

Naturalmente que os jornalistas, em particular, através do Sindicato dos Jornalistas, foram fazendo essa aprendizagem da autorregulação. Em 1990, quando estavam em condições de assumir por completo o controle dessa autorregulação, os jornalistas envolveram-se numa luta pelo controle da profissão, através da discussão sobre a criação de uma ordem profissional, à semelhança dos médicos ou dos advogados. Esse processo envolveu referendos à classe e disputas jurídicas. No final, a pretensão de uma Ordem dos Jornalistas não teve sucesso, mas o sindicato também perdeu a representatividade e a tutela de alguns mecanismos de controle da profissão. Verificou-se, então, um regresso do Estado à autorregulação dos jornalistas, criando uma Comissão da Carteira Profissional

¹ Arons de Carvalho é professor na Universidade Autónoma de Lisboa. Foi jornalista, deputado e secretário de Estado da Comunicação Social.

de Jornalista, impondo um regime sancionatório e fazendo surgir também a Entidade Reguladora para a Comunicação Social, com poderes de sancionamento dos *media* em matérias deontológicas. Os mecanismos e as instituições em vigor são independentes dos governos, mas a ideia de uma autorregulação “induzida” ou “regulada” diz tudo acerca da forma como avalio a autorregulação dos jornalistas em Portugal. Sobretudo, preocupa-me que, na atualidade, o público não esteja presente nesses mecanismos, e nem haja uma “cidadania mediática” como elemento relevante da cidadania democrática.

EJM: É possível perceber que a autorregulação induzida não tem a sua simpatia. Haveria outra opção para Portugal? Outros países europeus conseguiram fazer diferente?

CARLOS CAMPONEZ: Na verdade, não se trata de uma questão de simpatia. Nalguns casos, considero que se chegou a alguns bons compromissos, noutros nem por isso. Por exemplo, em Portugal, o Código Deontológico foi absorvido pela legislação, através do artigo 14 do Estatuto dos Jornalistas (Lei n.º 1/99, de 13 de janeiro). Alguns jornalistas consideram mesmo que esta solução é a consagração pelo Estado da qualidade do código dos portugueses. Poucos foram aqueles que discutiram o que representa o Estado poder legislar sobre os deveres deontológicos dos jornalistas. No caso do artigo 14, foram introduzidas normas novas que não estão contidas no Código Deontológico. Os jornalistas portugueses, quando definem o novo código deontológico têm assumido o bom princípio de o referendarem junto à classe. Mas isso não aconteceu com as ditas novas normas que referi, contidas na legislação. Se é certo que elas não são muito problemáticas, inaugurou-se uma tradição cujas consequências só o futuro dirá quais serão. Uma autorregulação induzida ou autorregulação regulada é, em si, a expressão de jornalistas adormecidos quanto à sua responsabilidade e função social.

“A ausência de uma autorregulação forte é, frequentemente, usada como a justificação para uma intervenção dos poderes exteriores ao jornalismo.”

Vários documentos internacionais referem a autorregulação não como um direito dos jornalistas, mas como um dever. A ausência de uma autorregulação forte é, frequentemente, usada como a justificação para uma intervenção dos poderes exteriores ao jornalismo. A América Latina conhece bem o que isso pode significar. Essa intervenção pode ser feita não apenas contra os jornalistas, mas contra o jornalismo e contra a liberdade de expressão e de imprensa. Em suma, contra tudo aquilo que o jornalismo supostamente representa e, no final de tudo, o direito de os cidadãos serem informados. Neste sentido, quando os jornalistas se sentem acossados pelos poderes do Estado face à sua autorregulação têm de começar por se colocar a questão se desempenharam bem o seu dever de autorregulação e só então pensar se as intervenções de fora da profissão são mesmo abusivas.

A crítica à autorregulação induzida é apenas o reconhecimento de que os jornalistas podiam fazer mais em seu papel de se autorregular. E, em Portugal, tiveram oportunidade para isso. Um jornalismo que não assume a responsabilidade de se autorregular fica menor diante de sua função social.

“O global não é problemático sempre que ele resulte de uma vontade livre, que seja consensualizado e admita a possibilidade de ser adaptado e celebrado localmente.”

EJM: Durante o encontro da Lusocom, em setembro, o senhor apresentou um estudo que compara códigos de ética de diversos territórios lusófonos. Uma das conclusões é que – com exceção do Brasil – essas localidades foram fortemente influenciadas pelo código português. O que isso significa?

CARLOS CAMPONEZ: Trata-se de um estudo que tenho desenvolvido em parceria com os colegas Rogério Christofolletti (UFSC) e João Miranda, meu colega na Universidade de Coimbra. Os resultados deixaram-me, num primeiro momento, perplexo. Angola, São Tomé e Príncipe e Macau tem códigos deontológicos que são quase uma colagem do código português. Para além disso, verifica-se que muitos destes territórios que se tornaram independentes de Portugal na sequência da

Revolução dos Cravos – embora Macau e Timor-Leste só o fizessem muito mais tarde – adotaram, ou aspiraram a fazê-lo, instituições similares às existentes em Portugal. Num segundo momento, considerei que, se tivermos em conta a sua ainda recente – e nalguns casos difícil – experiência de liberdade de expressão e de imprensa, é compreensível que se olhe para o caso português como um modelo de referência. Na verdade, se olharmos esta questão numa perspetiva estrita de emancipação e a partir de um olhar pós-colonial, talvez pareça estranho. Porém, se recordarmos como foram as primeiras tentativas de redação do Código Deontológico do jornalista e a criação quer do Conselho de Imprensa quer da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, em Portugal, é também fácil encontrar a sua similaridade, nomeadamente, em modelos europeus.

EJM: Considerando as muitas diferenças históricas e sócio-político-econômicas, é possível esperar que haja desenvolvimentos deontológicos suficientes desses países para que os jornalistas se afirmem eticamente?

CARLOS CAMPONEZ: A História faz-se com pessoas e, entre outras coisas, com o tempo. Penso que experiências diferentes conduzem a caminhos diferentes e plurais. Neste caso, temos mecanismos de autonomia e de autorregulação diferentes. Mas, hoje, num mundo que se deseja também livre e globalizado, não temos de reear a busca de modelos comuns que nos possam servir de referência, sempre que o façamos de uma forma livre e consciente, sem imposições de nada nem de ninguém. Na verdade, por exemplo, seria problemático pensar hoje um código deontológico dos jornalistas de expressão portuguesa? A Federação Internacional de Jornalistas, que representa o maior número de organizações do mundo, criou em 2019, na Tunísia, um código deontológico que tem por nome Carta Mundial de Ética Jornalística. O global não é problemático sempre que ele resulte de uma vontade livre, que seja consensualizado e admita a possibilidade de ser adaptado e celebrado localmente.

EJM: Como o senhor avalia a profissão jornalística no contexto brasileiro, que destoa tanto de seus semelhantes lusófonos?

CARLOS CAMPONEZ: Tenho muitas dificuldades em falar da profissão no Brasil. Direi que raramente me sinto à vontade para avaliar, muito menos o que não conheço suficientemente. Sinto-me mais tranquilo a fazer perguntas do que a dar respos-

tas. Tenho para mim que existem muitos “brasis” no Brasil e, acerca do jornalismo, retenho a ideia de um mundo imenso que encerra muitas realidades. E, então, se em vez do jornalismo falarmos de *media*... No entanto, à semelhança do que eu penso sobre Portugal – mas mais ainda sobre o Brasil devido à sua dimensão e pluralidade –, sou da opinião que o jornalismo tem de se redefinir em torno dos seus valores centrais e daquilo que são hoje os desafios à missão de informar jornalisticamente. Não tenho preconceitos relativamente a algumas formas híbridas de jornalismo e do seu exercício. Não os vejo como “maus”, mas penso que podem ser uma ameaça ao jornalismo. Hoje, quando a comunicação se democratizou mais do que nunca – ao ponto de se dizer que as máquinas também “comunicam”! –, é necessário que a profissão de jornalista se centre e, eventualmente, se reconfigure e proceda a uma nova delimitação daquilo que é a sua responsabilidade social e o seu pacto comunicacional com o público. Penso que, num mundo em que a comunicação se democratizou e o jornalismo tende a ser uma prática comunicativa cada vez mais minoritária, insistir em formas híbridas de comunicação para o jornalismo, é promover a sua diluição, direi mesmo, o seu fim. Penso que isso pode interessar a muitas pessoas e interesses, mas não a um público que se quer bem informado nem às democracias. Marcar a separação do jornalismo face à comunicação empresarial e institucional, ou a formas de participação política e cívica, é necessário para que o jornalismo se mantenha credível. Não digo que jornalistas empenhados civicamente sejam maus jornalistas: somos cidadãos antes de ser jornalistas... Digo apenas que a credibilidade, por muito que seja construída pelos profissionais, é decidida pelo público... e distanciamento, independência, rigor são elementos incontornáveis de credibilidade do jornalista.

“Marcar a separação do jornalismo face à comunicação empresarial e institucional, ou a formas de participação política e cívica, é necessário para que o jornalismo se mantenha credível.”

EJM: Ainda sobre as “formas híbridas de comunicação”. Que tipos são mais aceitáveis hoje para ajudar a garantir uma redefinição do jornalismo? E quais não podemos tolerar?

CARLOS CAMPONEZ: No atual contexto, vejo essas formas de hibridação como uma ameaça ao jornalismo. Quando as formas de comunicação no jornalismo se colocam no mesmo pé dos deveres de informação, o jornalismo acabará sempre por perder. Recordo-me de um aluno de mestrado que, depois de alguns anos de profissão, refletia criticamente sobre a tendência das notícias “giradas” [da moda] na redação da televisão onde trabalhava. Essa forma de “entretalismo” – e não uso infoentretimento de propósito – está a transformar-se numa praga que contamina o jornalismo. Dizia, há muito, Diderot que um jornalista com graça é uma graça de jornalista... Penso que hoje já confundimos comunicar bem a informação com práticas de entretenimento. O foco acerca destas formas híbridas de jornalismo é pensado, de uma forma geral, em termos comerciais. Enquanto a discussão não se centrar mais sobre que jornalismo e que público estamos a criar e que contributos essas formas híbridas de comunicação terão para a democracia, mantereí as minhas reservas. Há algumas boas discussões sobre isso, mas, infelizmente, muito minoritárias. Perguntaram-me sobre o que devemos tolerar e eu respondo: com pouca tolerância! Desculpem...

EJM: Mais recentemente, o senhor vem estudando intelectuais notáveis que também foram jornalistas, como é o caso de Albert Camus. O escritor franco-argelino entendia o “bem fazer jornalismo” como um aspecto ético essencial para que jornalistas desempenhassem um papel crítico, engajado e intelectualizado. Como explicar esse conceito? Qual a melhor expressão desse ideário para o jornalismo do século XXI?

CARLOS CAMPONEZ: O meu interesse por Camus resulta do facto de eu estar a trabalhar sobre o engajamento jornalístico. Os meus primeiros estudos conduziram-me a uma visão muito crítica acerca da viabilidade desse empenhamento. Procurei Camus porque, numa primeira leitura, parecia-me que ele contrariava essa minha visão. Camus é conhecido como homem, escritor e jornalista empenhado, mas, apercebi-me posteriormente, que o seu empenhamento nem sempre é bem percebido. Camus defende que o engajamento dos jornalistas deve ser primordialmente no jornalismo e não noutras causas. Portanto, o jornalismo é transformado na própria causa em que os jornalistas se devem e podem empenhar. Esta ideia percebe-se bem se tivermos em conta que Camus considera que o jornalismo tem tanto de profissão quanto de vocação...

EJM: O seu “empenhamento do jornalista” é próximo da ideia de “engajamento”, tão celebrada no século XX por filósofos como Sartre e Foucault, por exemplo?

CARLOS CAMPONEZ: São empenhamentos diferentes. No caso de Sartre e Foucault, falamos de engajamentos cívicos e intelectuais que tiveram expressão no jornalismo. O empenhamento a que me refiro é o empenhamento

"Camus defende que o engajamento dos jornalistas deve ser primordialmente no jornalismo e não noutras causas."

de jornalistas no próprio jornalismo e no seu papel social, na sua credibilidade enquanto instrumento de mediação dos assuntos de interesse público, na qualidade do trabalho disponibilizado. A perspetiva de Camus de que o jornalista deve ter uma atitude de constante autocrítica sobre o próprio trabalho e sobre a complexidade da sua responsabilidade social é uma boa expressão desse empenhamento. A posição de Camus de que o jornalista – como, aliás, o intelectual – tem de ter uma atitude de distanciamento face ao quotidiano resulta, pois, do papel que ele atribui à autocrítica do jornalismo. Sem distância não pode haver autocrítica. Daí que o empenhamento do jornalismo deva ser redirecionado das causas do quotidiano para o próprio jornalismo que se realiza.

nalismo deva ser redirecionado das causas do quotidiano para o próprio jornalismo que se realiza.

EJM: Podemos afirmar que Camus defendia uma ética jornalística firmada em valores como amizade, amor e compaixão? Isso confronta a objetividade jornalística?

CARLOS CAMPONEZ: A ideia de uma ética jornalística camusiana é referida pela investigadora espanhola Maria Santos-Sainz (2019). No entanto, penso que esse trabalho sobre a sistematização do que seria uma ética jornalística camusiana ainda não está concluído. Estou a tentar dedicar-me a essa tarefa. Mas, sim, já dá para perceber que valores como a compreensão do outro, ou amor fundado num profundo humanismo, são dimensões muito fortes não só de uma ética

jornalística camusiana, como da própria teorização sobre o jornalismo.

EJM: Como o “jornalismo como causa” e as bases éticas de Camus podem contribuir para conectar jornalistas e públicos no mundo atual em rede?

CARLOS CAMPONEZ: O “jornalismo como causa” e a necessidade de o jornalismo se fundar numa ética pública são pressupostos do pensamento de Camus sobre o jornalismo e são anteriores ao que denominamos por novas tecnologias. Não tenho uma visão determinística das tecnologias. Não são as tecnologias que nos moldam.

Somos nós que nos deixamos moldar pelo uso que decidimos fazer dessas tecnologias e pela apropriação que delas fazemos. Nesse sentido, direi que, se as tecnologias têm um potencial de levar mais além esses princípios do jornalismo camusiano, tanto melhor. Mas isso não ilude a questão de que esses princípios assentam numa forte dimensão crítica incontornável sobre a forma como fazemos jornalismo, em cada época. Naturalmente, essa dimensão crítica resultava de uma reflexão de Camus sobre a imprensa do seu tempo. Quando se retomam os textos de Camus sobre o jornalismo não é para dizer que no passado é que era bom. O que impressiona na leitura desses textos é como a reflexão crítica que ele desenvolve mantém uma grande atualidade. Se pudéssemos vestir um véu de ignorância e desconhecer momentaneamente Camus e o tempo em que viveu, ficaríamos com a ideia que estamos perante um contemporâneo. Mais do que um elogio a Camus, estou em crer que o próprio Camus tomaria estas palavras como uma crítica ao jornalismo...

"Não são as tecnologias que nos moldam. Somos nós que nos deixamos moldar pelo uso que decidimos fazer dessas tecnologias e pela apropriação que delas fazemos."

EJM: Como podemos motivar jornalistas e estudantes de jornalismo a colocar as necessidades das pessoas no centro de seu trabalho sem que isso comprometa a objetividade ao reportar?

CARLOS CAMPONEZ: Quanto mais colocamos as necessidades das pessoas no centro do trabalho jornalístico, como defendo, maior a necessidade de nos comprometermos com a objetividade jornalística. O jornalismo é um jogo de proximidades e de distanciamentos, destinadas, simultaneamente, a compreender a complexidade do objeto do nosso relato e a transmiti-lo de forma compreensível e rigorosa, de modo a respeitar o espaço para o público formar o seu próprio pensamento sobre as informações do seu interesse. O interesse pelo social, a transmissão da sua espessura e complexidade e a discussão da responsabilidade do papel do jornalista como mediador, serão certamente algumas linhas a ter em conta nessa formação. Mas, radicalmente, podemos defender também para a academia e para função dos professores de jornalismo esse empenhamento camusiano no jornalismo. A formação dos futuros jornalistas deve ser entendida como uma causa de empenhamento dos professores, decorrente do empenhamento exigido aos futuros jornalistas no jornalismo. Será possível exigir-se do jornalismo aspectos e dimensões que não estejam também presentes na sua formação? Não creio... Considero que a reflexão crítica que se faz hoje sobre os jornalistas e os *media* não pode deixar de incluir também as próprias instituições de ensino. Em termos camusianos diria, uma autocrítica. Nomeadamente, devemos interrogar-nos em que medida 1) as críticas que fazemos aos *media* não serão uma extensão da formação que é dada aos jornalistas?; e 2) em que medida não trabalhamos nos estabelecimentos de ensino

com os mesmos pressupostos ideológicos que identificamos nos *media*? Penso que a crítica não pode deixar de interpelar também quem a faz. Em Portugal, muitos dos cursos de jornalismo foram objeto de uma reestruturação recente. Conheço vários casos em que se fala de criar programas para aumentar a “procura” e de programas “atrativos”. E o que há de mal nisto? Nada, se essas discussões resultassem de um profundo debate sobre que perfil de jornalista que se pretende formar. E sobre isso tenho ouvido muito pouco.

EJM: Stephen Ward e Andrew DeVigal defendem o engajamento como um continuum a ser incorporado na atividade jornalística, principalmente em tempos de incerteza. O que acha dessa proposição centrada na atenção às necessidades das pessoas?

CARLOS CAMPONEZ: Na linha do que disse atrás, é aí que eu estou. Os jornalistas, tendo o direito ao seu pensamento, não precisam do jornalismo para expressar os seus pontos de vista. Têm muitas formas de o fazer. O desafio do jornalismo é o de se conseguir impor como um mediador credível. Para isso, todo o empenho é pouco. E, desculpem-me os defensores do jornalismo de causas, mas penso que um jornalismo credível é, em si, uma arma política extraordinária, das mais acutilantes que um jornalista – enquanto jornalista – pode aspirar.

EJM: Afinal, estamos diante de um momento ético disruptivo em que uma nova missão para o jornalismo precisa ser considerada?

CARLOS CAMPONEZ: Como diria Camus, o jornalismo tem uma dimensão profunda que se liga com o domínio do vivido. A proximidade dos jornalistas com o mundo que reportam e os desafios que lhe são colocados tenderão sempre a ser disruptivos. Esse mundo do vivido interpela-nos constantemente e faz-nos perceber o mundo como complexo. Assim, os desafios do jornalismo podem ser sentidos como disruptivos. Se formos ver a história, o jornalismo viveu quase

"Como manter essa ética da conversação, num espaço público em que as pessoas vivem em bolhas, eis um dos desafios do jornalismo na atualidade."

sempre com esse sentimento de crise e de disrupção. O sentimento de crise é natural numa profissão do vivido e onde as novas tecnologias têm um efeito forte e quase imediato... Sim, podemos pensar o jornalismo a partir da perspectiva das novas missões que se lhe colocam. Mas eu não penso as mudanças do jornalismo a partir dessa perspectiva. Penso o jornalismo a partir das mudanças necessárias para, nas atuais circunstâncias, continuar a desempenhar o seu pacto de mediação sobre o modo de continuar a informar o público de uma forma exigente, rigorosa e responsável e a promover modelos de sociedade mais justos, participativos, inclusivos e democráticos. O dramaturgo Arthur Miller dizia que um “bom jornal é uma nação conversando

consigo mesma”. Como manter essa ética da conversação, num espaço público em que as pessoas vivem em bolhas, eis um dos desafios do jornalismo na atualidade. Mas não diria que se trata de uma nova missão. Não creio que a missão do jornalista – de informar com rigor e de forma credível – precise mudar muito, tal como acredito que o mesmo se passará com os médicos ou outras profissões com responsabilidades públicas. Temos, isso sim, de pensar em novas formas de reali-

zar essa função, face às mudanças verificadas no mundo contemporâneo. O meu pensamento pode parecer muito corporativo, mas é de forma descomprometida. Quando o jornalismo perder o seu papel social devem ser extintos os jornalistas, assim como não devemos chamar médicos às práticas de feitiçaria. Os antropólogos mostraram-nos que a feitiçaria tem efeitos sobre as pessoas e, eventualmente – digo eu – até pode realizar curas extraordinárias, mas não são práticas médicas. Camus dizia que denominar mal os objetos é trazer infelicidade ao mundo... é só isso que quero dizer: se deve extinguir o jornalismo quando ele deixar de desempenhar a sua função.

Referências

CAMPONEZ, C.; CHRISTOFOLETTI, R.; SIMÕES, J. M. **Jornalismo e Qualidade no mundo de expressão portuguesa**. Macau: University of Saint Joseph, 2022.

CAMPONEZ, C. **Deontologia do Jornalismo**. Coimbra: Ed. Almedina, 2007.

SANTOS-SAINZ, M. **Albert Camus, journaliste**. Rennes: Editions Apogée, 2019.